



Dieese descaracteriza crise na segurança privada em reunião do Sindicato dos Vigilantes de Barueri

De acordo com o Departamento, o setor encontra-se em constante expansão, enquanto a categoria continua sendo cada vez mais desvalorizada



8ª reunião da Campanha Salarial de Barueri/SP

No último sábado, 24/9, o Sindicato dos Vigilantes de Barueri recebeu uma representante do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), Camila Ikuta, na 8ª reunião da Campanha Salarial da categoria dos profissionais de segurança privada lotados na região.

O encontro contou com grande participação dos trabalhadores, que tiveram a oportunidade de conhecer dados atuais importantes do setor, através de explanação da técnica do Dieese.

Faturamento das empresas

De acordo com os dados do Dieese, o segmento da segurança privada é estratégico para a economia e vem crescendo progressivamente. Nos últimos 15 anos, as empresas do ramo alcançaram um faturamento de mais de R\$ 80 bilhões.

Reajuste salarial

Segundo o Dieese, os últimos reajustes dos salários dos profissionais não acompanharam o aumento das receitas das empresas e, muito menos, da inflação acumulada de 58%, considerando o período entre 2010 e 2016. Com isso, não houve um ganho real para a categoria.

Campanha Salarial Unificada

No encontro, o presidente do Sindicato, Amaro Pereira, também encaminhou proposta para unificar a Campanha Salarial do setor de vigilância privada com o de escolta armada, cuja data-base é no dia 1º de janeiro.

Assembleia Geral

Após realização de última reunião de trabalho, acontecerá a Assembleia Geral da categoria, no dia 29 de outubro, que vai discutir e definir a pauta de reivindicações a ser apresentada nas negociações coletivas com o patronal. Entre os assuntos prioritários, destaca-se o índice de reajuste salarial, considerando estudo do Dieese.

“A diretoria precisa do apoio de todos para realizar um trabalho sério e, conseqüentemente, mudar essa triste realidade em um estado que conta com cerca de 200 mil trabalhadores, que recebem os piores salários do país”, ressalta Amaro Pereira.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Barueri

Setor Jurídico do Sindivigilantes do Sul se prepara para fazer cumprir Vigilante 24 horas



Dias e o assessor jurídico estiveram reunidos para traçar estratégia

O Sindivigilantes do Sul já está se preparando para agir e fazer cumprir a lei da vigilância armada 24 horas nas agências bancárias, por vigilante regular, nas cidades onde a legislação neste sentido já foi aprovada e sancionada.

Em outubro vencem os primeiros prazos para que os bancos comecem a contratar, nas seguintes cidades: Cruz Alta (dia 04), Osório (05),

Cerro Grande do Sul (11), Butiá (12), Camaquã (13), Charqueadas (19), Alvorada (25), São Jerônimo (26).

Nesta segunda-feira (26) o presidente Loreni Dias e o advogado Arthur Dias Filho, da assessoria jurídica do sindicato, reuniram-se para tratar do assunto. Segundo o assessor jurídico, precisará ser analisado caso a caso, pois a lei aprovada não é exatamente a mesma em todos os lugares. Os vereadores, ao discutir e votar o projeto, fizeram mudanças que precisam ser observadas.

De cidade para cidade, variam os prazos, de 90 ou 120 dias, como é na maioria dos casos, bem como as penalidades ou multas previstas por descumprimento, entre outros itens. De qualquer forma, o sindicato vai observar quem está cumprindo ou não a lei e tomar as providências necessárias, com o departamento jurídico, garante o presidente Dias.

Fonte: Sindivigilantes do Sul

Aprovado projeto que reserva 20% de vagas a mulheres vigilantes em Mato Grosso do Sul

A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul aprovou projeto de lei de autoria do deputado estadual Felipe Orro (PSDB) que reserva 20% das vagas nas empresas da área de vigilância, segurança e transporte de valores para profissionais do sexo feminino.

O projeto tramitou por apenas três meses (foi apresentado em 31 de agosto), recebendo parecer favorável em todas as comissões, e foi aprovado por unanimidade pelo plenário, sendo agora encaminhado ao governador Reinaldo Azambuja para sanção ou eventual veto. “Acredito que o governador vai sancionar a lei, as mulheres recebem o mesmo treinamento que os homens e estão, portanto, igualmente capacitadas para o desempenho das funções. Mas a preferência das

empresas é sempre por vigilantes homens”, frisou Orro.

O projeto não altera o quadro de pessoal já definido nas empresas, passa a valer apenas para as novas contratações. Ou seja, de cada cinco novos vigilantes que forem contratados por uma empresa, um tem que ser do sexo feminino.

Ademais, a presença de uma segurança do sexo feminino é indispensável em grandes empresas ou eventos para o trato com as mulheres, no caso de ser necessária uma revista, por exemplo. “A lei só vem regulamentar isso”, destacou.

Fonte: Aquidauana News

Liminares contra o direito de greve são cassadas por todo o Brasil



A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) tem recebido com indignação a notícia de que seccionais estaduais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) estão impetrando ações com pedido de liminar corporativista na Justiça do Trabalho, tendo como réus Sindicatos de Bancários, filiados a esta Confederação, prejudicando a greve legítima da categoria bancária.

Mas em muitos casos, o direito legítimo à greve tem prevalecido nas decisões judiciais e ações ajuizadas pelas seccionais estaduais da OAB. Já foram julgadas improcedentes ou tiveram liminares cassadas, os as ações contra os sindicatos da Paraíba, Ceará, Espírito Santo, Pará, Mato Grosso, Piauí e Maranhão.

“Reafirmamos nosso respeito pela Ordem dos Advogados do Brasil e pela sua história, mesmo nos momentos em que divergimos de suas posições. Entretanto, não podemos nos calar perante tal atitude, uma vez que fere o direito à greve de categoria organizada, prevista em lei específica. Estamos buscando os recursos legais cabíveis e estamos conseguindo derrubar estas ações na justiça. Por culpa dos banqueiros a greve continua. Nossa greve é justa, nossas reivindicações são justas e os bancos podem atendê-las”, ressaltou Roberto von der Osten, presidente da Contraf-CUT e um dos coordenadores do Comando Nacional dos Bancários.

Renomado professor e desembargador do

TRT apoia greve

Entre essas ações, vale destacar a decisão concedida em Vitória, no Espírito Santo, pela lavra do renomado professor e desembargador do TRT/ES, Dr. Carlos Henrique Bezerra Leite.

“Além disso, a greve é, a um só tempo, direito humano de primeira dimensão (direito de liberdade, liberdade individual de aderir), de segunda dimensão (direito de igualdade substancial, direito social) e direito de terceira dimensão (direito de solidariedade ou fraternidade, direito metaindividual). É, pois, dever do Estado e da Sociedade reconhecer, respeitar e garantir esse direito sem preconceitos ou quaisquer outras formas de discriminação. Ora, não me parece sustentável aceitar que terceiros, estranhos ao conflito coletivo de trabalho derivante do legítimo e constitucional exercício do direito de greve, se utilizem do Judiciário para compelir trabalhadores, máxime os que prestam serviços em atividades não essenciais, a abortarem o exercício de um direito de idêntica hierarquia ao direito de propriedade, especialmente pelo fato de que não se está diante de uma situação extrema, excepcional, que colocasse em risco iminente a vida, a saúde ou a segurança da população ou da laboriosa classe dos advogados, ora substituída processualmente pela OAB/ES”, afirmou o desembargador na sentença.

Fonte: Contraf-CUT

Em estudo, Dieese aponta impactos negativos da PEC 241

Simulação mostra, entre outros exemplos, que o governo federal teria investido quase 50% a menos do que foi aplicado na educação desde 2002, caso vigorasse o congelamento proposto pelo governo Temer



PEC proposta por Temer também vai atingir o funcionalismo público e quem depende do reajuste do salário mínimo

O Dieese lançou neste semana uma simulação de como seriam os investimentos feitos pelo governo federal na saúde e educação, caso a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241 estivesse em vigor desde 2002. Segundo o estudo, o governo federal teria investido 47% menos em educação do que investe atualmente, totalizando 377 bilhões de reais. Na saúde teríamos menos 26%, quase R\$ 300 bilhões a menos.

A PEC 241, que o presidente Michel Temer enviou ao Congresso Nacional em junho, impõe congelamento por 20 anos dos gastos da União. A medida limita as despesas primárias aos equivalente aplicado no ano anterior corrigidos apenas pela inflação.

“A maior despesa do orçamento público é com a dívida. São os juros e a amortização da dívida, que beneficiam apenas o pequeno número de pessoas que são os detentores da dívida

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

pública”, afirma a coordenadora de Pesquisas e Tecnologia do Dieese, Patrícia Pelatieri.

Patrícia lembra que em 2015 o serviço da dívida correspondeu a 6,7% do Produto Interno Bruto (PIB), que é a soma de tudo que o Brasil produziu no ano. Para comparar, os investimentos em áreas como saúde, educação e infraestrutura foram menos da metade do que foi gasto somente com o pagamento dos juros.

A PEC 241 também vai atingir o funcionalismo público e quem depende do reajuste do salário mínimo, como aposentados e pensionistas. “Os salários poderão ser congelados. É uma PEC que ela limita a concessão de benefícios que estão no plano de carreira de conjunto do funcionalismo, então significou o arrocho no conjunto do funcionalismo”, diz o presidente da CUT-SP, Douglas Izzo.

“Não é feito nenhum debate por parte do governo Temer de criar novas possibilidades de arrecadação, como a taxação das grandes fortunas, a construção de instrumentos que arrecade sobre aqueles que têm muito no país e que não pagam imposto. Rico, no Brasil, não paga imposto.”

Douglas Izzo diz que para evitar mais esse retrocesso do governo Temer, a CUT fará mobilizações. “Nós estamos também fazendo um trabalho de diálogo com os deputados federais nos seus estados e pediremos para que votem contra essa PEC.”

Fonte: Rede Brasil Atual

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF